

A ESCRITA DE *PIPOS*¹: PRÁTICAS DE LETRAMENTO EM CONTEXTO PRISIONAL

Paulo Roberto ALMEIDA²

Ana Lúcia de CAMPOS ALMEIDA³

Resumo: Apoiado nos estudos dos Novos Estudos do Letramento, nosso olhar está voltado para as manifestações de escrita em contexto social heterogêneo, marcado por vozes dissonantes da *doxa* do hegemônico. Considerando a escrita como um modo de enunciação, analisaremos “pipos” escritos por sujeitos detentos, participantes de um projeto de remição pela leitura. Nessa relação sujeito/linguagem, interessa-nos investigar: i) o modo pelo qual os sujeitos registram suas marcas linguístico-históricas na escrita, a partir de suas experiências com a escrita; ii) em sua “visão escolar” sobre a escrita, como imaginam ser a relação apropriada com a exterioridade que constitui o seu texto.

Palavras-chave: Letramento. Escrita vernacular. “Pipos”.

Abstract: *Drawing upon the New Literacy Studies, we examine the written expressions produced in heterogeneous social contexts, marked by voices which do not belong to hegemonic discourses. Facing a written text as a way of saying, we analyse “pipos”- notes written by prisoners who participated in a Project called Remission by Reading. Observing the relation between subject and language we aim to investigate: i) the way by which the researched subjects register their linguistic and historical marks in their written texts; ii) the way they represent the proper relation with the outsideness in order to produce their texts.*

Keywords: *Literacy. Vernacular writing. “Pipos”.*

¹ Os pipos, textos produzidos pelos detentos como forma de comunicação em contexto prisional, tomados como objeto de análise nesse trabalho, foram coletados a partir de uma pesquisa de iniciação científica realizada por Rodolfo Igreja Palmieri, sob orientação da Prof^a Dr^a Ana Lúcia de Campos Almeida, na Universidade Estadual de Londrina.

² Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas (UEL) - Londrina-PR pralmeida@uel.br

³ Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas – UEL-Londrina-PR analucpos@gmail.com

Descrição do cenário

[...] por um grande esforço de transformar pela palavra o que talvez só pela palavra possa vir a ser transformado. (José Saramago)

Para uma investigação dos eventos de letramento, em qualquer cenário social, é importante descrever as regras e normas a que estão submetidos, observando-se a situação de interação (os sujeitos participantes e seus objetivos), o material escrito (os gêneros e seus suportes), as formas de relação com esse material, o jogo das interações verbais que evidencia as negociações de sentidos e os efeitos de sentido aí constituídos. Para compreender os eventos na perspectiva de práticas de letramento, é fundamental situá-los no contexto sócio-histórico das práticas culturais e das instituições em que são produzidos, buscando entender tais práticas com as relações de poder aí manifestadas.

No presente artigo, nosso olhar estará voltado para um espaço social - uma instituição penitenciária – marcado por fortes conflitos determinados por profundas relações de poder. O local de pesquisa caracteriza-se por ser um sistema prisional com uma estrutura bastante voltada para educação dos detentos: possui escola com ensino fundamental e médio. Recentemente, foi implantado na instituição um projeto muito significativo com o objetivo de possibilitar ao detento uma preparação para sua inclusão na sociedade após o cumprimento de sua pena: um projeto de remição da pena através da leitura e outro projeto de cursinho pré-vestibular, implantado a partir de uma associação com a Universidade Estadual de Londrina (UEL).

A maioria dos detentos possui apenas ensino fundamental incompleto, isso faz com que a escola interna da penitenciária não consiga atender todo o público e assim poucos conseguem ser matriculados. Detentos com ensino médio incompleto são em número menor, porém mesmo assim nem todos conseguem ser matriculados, pois o fato de serem considerados pessoas com riscos de locomoção dificulta a ida a uma escola das imediações.

O detento tem a ainda a opção de participar do ENEM na busca de eliminação de matérias ou realizar provões realizados pelo CEBEEJA, escola atuante dentro da penitenciária, para concluir o ensino com mais agilidade.

Embora a instituição ofereça possibilidades de “acesso” a programas de escolaridade, são muitas as complicações para que os detentos efetivamente consigam estudar; o trabalho da escola para elaborar as listas é árduo, mas o maior problema está na retirada dos detentos da cela: de quinze alunos que conseguem esse acesso à escola, normalmente menos de dez são

encaminhados (às vezes menos de cinco). São várias as alegações dos funcionários: encarregados dessa função, chamados agentes penitenciários relatam que o detento não quis ir à escola, que a penitenciária está sob forte pressão; sempre possuem justificativas para o trabalho que não é realizado, pois na maioria das vezes nem chamam os detentos.

Há bastante interesse de muitos dos detentos em estudar, pois além de ser uma das poucas coisas que podem fazer na condição de presos, podem ainda ter a possibilidade de conseguirem remição de pena por cursarem a escola e também de concluir a escolarização, o que para eles é vantajoso. Detentos que já possuem o ensino médio não tinham nenhuma opção de estudos na penitenciária, até que foi implantado o projeto de remição da pena através da leitura, que propõe que o detento leia um livro em acervo de obras literárias. Após a leitura, é necessário que ele faça um resumo da obra, que será submetido a correção; caso o trabalho atinja uma nota satisfatória dentre os critérios estabelecidos (nota 6,0 ou acima de 6,0), o detento consegue quatro dias remidos de sua pena. Ressalte-se, porém, que é permitida apenas a leitura de um livro por mês para o processo de remição.

A penitenciária possui uma biblioteca com um acervo de mais de 1.500 livros de gêneros variados. O empréstimo é efetuado para os detentos quando possível, pois são criadas grandes dificuldades para a entrega de livros. A entrega é feita por um preso designado pela segurança da penitenciária, porém, segundo depoimentos de alguns detentos, muitas vezes ao chegar às galerias para fazer o empréstimo, alguns agentes não permitem que tal trabalho seja realizado (uma grande parte de agentes apoia o regime fechado, sem direito ao acesso à escola, ao trabalho com o livro, enfim, são contrários a qualquer processo educativo).

A participação em curso pré-vestibular exige uma pré-seleção dos detentos, efetuada pela pedagoga da penitenciária, dentro de critérios que envolvem escolaridade do detento, seu comportamento, local em que se encontra o detento na penitenciária e o interesse do detento. Mas, mesmo depois de selecionados, na prática há uma série de restrições e empecilhos para acesso ao projeto, na mesma proporção verificada nos projetos acima destacados.

Na penitenciária, os detentos são proibidos de conversarem nos corredores; a segurança alega que eles passam informações de uma galeria para a outra, o que pode significar potencialmente um plano para uma tentativa de rebelião. Devido a essa grande dificuldade de comunicação, os detentos foram desenvolvendo estratégias para se comunicarem e uma delas são os denominados “pipos”, que nada mais são que bilhetes trocados entre os detentos e/ou “cartas” que são enviadas aos superiores (agentes de

segurança, assistente social, pedagoga da escola, advogado etc.). Constituem a forma que os detentos encontraram para “falar”, “mostrar suas vozes” e, sobretudo, para “pedir coisas”.

Letramento, gêneros do discurso e posição de autoria

[...] o que dá verdadeiro sentido ao encontro é a busca e que é preciso andar muito para alcançar o que está perto [...] (José Saramago)

Ao trazermos o conceito de evento de letramento para o cenário social em que se manifestam práticas letradas por meio dos “pipos”, buscamos entendê-lo na perspectiva de Heath (1982) como “qualquer situação em que um suporte torna-se parte integrante de uma interação entre participantes e dos seus processos interpretativos (p.93)”.⁴ Constitui a materialidade observável, que se manifesta objetivamente em uma situação de interação mediada pelo texto escrito, aqui materializado como “pipos”. Buscando analisar a situação de interação no contexto sociocultural em questão, parece-nos produtivo construir um diálogo entre a concepção de letramento e a teoria enunciativa baseada nos pressupostos bakhtinianos.

Na concepção bakhtiniana de linguagem, o pilar de toda enunciação está situado no meio social que envolve o indivíduo (BAKHTIN, 1992). O meio social é constituído de muitas visões de mundo, que são dialogicamente constituídas. Aí os sujeitos constituem os seus discursos por meio das palavras de outros sujeitos, que ganham sentido no seu discurso e que por sua vez produzem outros discursos. Nesse movimento, certos sentidos vão se fixando nas diferentes situações sociais, constituindo gêneros do discurso, ligados às situações da vida cotidiana e às diferentes esferas da vida social.

É de fundamental importância relacionar aqui a concepção de gêneros do discurso à de letramento, na medida em que esta última está associada à apropriação cultural e aos usos sociais de variados gêneros do discurso.

Entendendo o letramento como um conjunto de práticas socioculturais de usos da escrita, com valores e significados diferenciados de acordo com os grupos sociais, pode-se depreender que o letramento está fortemente relacionado aos diferentes campos do conhecimento e às diferentes formulações discursivas. Nessa perspectiva, as orientações dos letramentos dos sujeitos podem ser compreendidas como oriundas de conhecimentos formulados por eles nos seus grupos sociais e na relação com outros grupos e com as

⁴ Tradução nossa.

diferentes instituições, na vida cotidiana e em diferentes esferas de atividades no mundo social, atravessadas pelas diferentes maneiras como a linguagem escrita se apresenta, de modo implícito ou explícito. Isso significa dizer que, vivendo em sociedades letradas, sujeitos escolarizados ou não-escolarizados, de uma forma ou de outra, são afetados pelo fenômeno do letramento.

Compreendido em termos de práticas sociais e comunicativas com as quais os indivíduos se envolvem em vários domínios de sua vida, o letramento deve ser visto como histórica e socialmente situado. A escrita é tomada sob um olhar sociocultural efetivo, concepção em favor da qual se posicionam, hoje, teóricos do letramento (STREET, 1984; 1993; 2014; BARTON, 1994; BARTON; HAMILTON 1998; BARTON; HAMILTON; IVANIC, 2000).

Segundo Barton (1994), a escrita desempenha diferentes funções na vida diária dos indivíduos, em múltiplas atividades nas quais está presente; trata-se dos eventos de letramento, ou seja, ações de que a leitura e a escrita fazem parte. Diferentes grupos culturais lidam de forma diferenciada com os usos e as práticas sociais de escrita. Sob essa perspectiva, os usos da língua escrita tendem a contribuir na configuração cultural dos diferentes grupos sociais, marcados por diferenças culturais e linguísticas, com diferentes níveis de acesso aos bens culturais e com diferentes graus de acesso ao material escrito (SOARES, 2010, p.62). Tais diferenças se acentuam sobretudo quando confrontadas com uma cultura dita oficial, ideologicamente constituída por um padrão de língua oficial, institucionalmente valorizado.

Pensar a cultura escrita significa pensá-la na perspectiva de uma prática social situada, o que, em tal configuração, implica pensar sobre quem lê e escreve, o que se lê e se escreve, para que se lê e se escreve e em que contexto se lê e se escreve. Para Street (1984), a cultura escrita deve ser vista como algo complexo, uma vez que ler e escrever constituem ações que são produzidas por meio de formas diversas e heterogêneas.

Pensar na relação sujeito/mundo/língua(gem) implica pensar então no trabalho de sujeitos na e pela linguagem, sobretudo no trabalho de sujeitos na e com a escrita. Na perspectiva de Possenti (1993), a linguagem deve ser vista como uma atividade constitutiva de um sujeito que manipula os recursos expressivos de sua língua, ou seja, o trabalho de um sujeito que, envolvido em diferentes práticas de letramento, produz diferentes textos escritos, em diferentes gêneros do discurso, construídos/constituídos em diferentes esferas sociais.

Refletir sobre este trabalho com e na linguagem desempenhado pelo sujeito possibilita compreender o processo da escrita vinculada a uma situação real de comunicação social, a

imersão do sujeito em uma prática sócio-discursiva específica, o que nos conduz a refletir sobre a posição do sujeito em seu discurso. Ao mesmo tempo em que os discursos apontam marcas históricas e sociais, apresentam também marcas do próprio sujeito, desvelam certa singularidade (cf. POSSENTI, 1993; 1998; 1995). O enunciado, nas mais diferentes esferas da vida social, pode apresentar a individualidade na fala ou na escrita, o que significa dizer que o enunciado pode refletir um trabalho do sujeito.

Esta perspectiva permite visibilizar e valorizar em práticas de linguagem, materializadas pelo uso da escrita, o modo como sujeitos historicamente constituídos constroem formas de ver o mundo, mostram posições diante do mundo, isto é, como se constroem identitariamente na e pela escrita.

Holland et alii (1998), antropólogos norte-americanos alinhados com princípios do chamado construtivismo social crítico, contemplam a questão das relações entre poder e identidades sociais nos estudos que desenvolveram, denominando-os como teoria da “prática social do eu”. Esses autores também consideram que o “eu” e o conjunto de ações organizadas se formam e re-formam ao longo das vidas pessoais e coletivas e veem a identidade como um modo de nomear as densas interconexões entre os caminhos íntimos e públicos da prática social. Ampliando e aprofundando a noção de posição identitária apresentada por Jenkins (1996), Holland et alii (1998) elaboram o construto identidades posicionais (positional identities, 1998) para caracterizar as relações de poder e privilégio ligados às estruturas sociais em que os atores sociais estão imersos ao constituírem e re-constituírem suas identidades.

Os referidos autores consideram que certas práticas e/ou experiências sócio-culturais, por refletirem diferentes capitais simbólicos, são mais valorizadas em relação a outras em determinados contextos vividos. Por haver desigualdade na distribuição desses capitais, os sujeitos não têm acesso igualitário às práticas que conferem determinadas posições de poder e, como diferentes práticas conferem posições superiores ou inferiores de poder a seus usuários, desenvolvem-se diferentes identidades posicionais (HOLLAND, 1998:136).

Partindo da noção de identidades posicionais, Holland et alii apresentam, fundamentados em Bakhtin, a noção de **posição autor**, entendida como um espaço de autoria, tratando-se de orquestrar as múltiplas vozes sociais para encontrar a própria voz. César (2002), em pesquisa etnográfica sobre os índios Pataxó, entende a autoria como uma capacidade de articulação discursiva que é eminentemente política e capaz de produzir deslocamentos dos sujeitos de posições subalternas para posições de autonomia. Para a autora,

“o sujeito-autor (ouvinte/falante/escritor/leitor) para se constituir sustenta-se no “sujeito político” que, por sua vez, constitui-se coletivamente na própria práxis, no sujeito que afirma sua diferença numa prática inteligente” (CÉSAR, 2002, p. 80).

Posição de autoria em escrita vernacular

É preciso encontrar saída onde não tem porta (Camponês anônimo)

A análise dos usos e significados da língua escrita deve ser pensada em função do modo como ela é produzida pelas forças políticas e históricas; as formas de ler e escrever têm ligações com variados contextos e circunstâncias. Os eventos de letramento são produzidos em espaços institucionais específicos, em contexto marcado por relações de poder em que circulam diferentes manifestações discursivas. Nessa perspectiva, estruturalmente, os “pipos” elaborados pelos detentos constituem enunciados produzidos numa esfera institucional em que as relações são profundamente marcadas por formas explícitas de poder. Constituem textos escritos marcados por forte apelo comunicacional numa situação de interação acentuadamente assimétrica, caracterizada por uma ideologia como “lugar da tensão entre a autoridade e poder, de um lado, e a resistência e criatividade, de outro lado” (cf. STREET, 1993, p. 8). Esta tensão manifesta-se no uso da língua, notadamente nos textos escritos objeto de nossa reflexão - “pipos” - com as características composicionais que remetem ao gênero discursivo carta/bilhete.

A forma de comunicação mediada pela escrita se desenvolve principalmente a partir da necessidade de comunicação entre os presos primeiramente entre si mesmos. Quando não estão no campo de visão dos outros, utilizam bilhetes escritos em qualquer pedaço de papel que tiverem à disposição – mensagens conhecidas como *pipos*. Nem sempre a escrita nos *pipos* é clara e os detentos utilizam códigos específicos (gírias), a fim de que pessoas “estranhas” não consigam decifrar as mensagens. Eis um exemplo:

Salve XXX⁵! 1^omente um forte abraço e um beijão no seu coração. e aí meu querido, como é que essa força aí rapaz?! Aqui eu tô firmão graças a Deus. Aí XXX tô chegando até você pra tá desenrolando aquela caminhada que ficou pendente no pátio. Veja bem meu parça, a fita é o seguinte eu não tô passando pano pra ninguém mas a verdade tem que ser dita vô manda o real. O mano não tem nada a

⁵ XXX foi a notação usada para evitar a identificação das pessoas envolvidas.

ver, (rasura) aquele sem futuro na verdade o mano trombo ele na caminhada e não sabia que ele não tava em dia com o crime. mas o mano aqui sempre foi pelo certo e nunca deixo rastro no crime, por ele eu posso fala pois já corremos uma pá de fita 1000 grau. e o XXX sempre demonstro disposição. ele é chapa quente fervendo mesmo. Mas a respeito do outro eu não posso fala pois nunca vi nem em comercia de suco. portanto se tive em débito com vocês aí é pau no gato que eu não tô nem vendo. No mais parceiro, é isso aí no que presciza. Liga nós se tá ligado que é nois que tá certo.

Fica com Deus meu

PARÇA!

Seu Mano

Devido à necessidade de contato com o lado de “fora”, isto é, com interlocutores que representam as autoridades constituídas, buscam os detentos, incessante e desesperadamente, estabelecer uma situação comunicativa, visando a obter informações para diferentes demandas sobre sua situação prisional. Para isso, utilizam o recurso dos “pipos”, representações escritas do gênero cartas/bilhetes, enviados aos interlocutores institucionais (carcereiros, agentes de segurança, pedagogas, advogados e juízes). São textos marcados por forte apelo emocional, dirigidos a diferentes instâncias da instituição, mas, sobretudo, direcionados para a instância jurídica, com o propósito de convencê-los/persuadi-los a atender suas solicitações concretas e explícitas. Nesses “pipos”, enviados para os superiores, não são usadas gírias, pois acreditam os detentos que, para serem atendidos, precisam respeitar seus destinatários e para isso devem escrever o mais “corretamente” possível.

Já de antemão, uma dificuldade se lhes apresenta para que possam escrever os “pipos”: a escassez de fornecimento de papel para a escrita. Diante disso, usam estratégias para conseguirem papel: muitas vezes arrancam folhas de livros ou pedaços de processos jurídicos ou cortam as folhas e os rolos de papel higiênico. Além da dificuldade de acesso ao papel para a escrita, defrontam-se também com a dificuldade de conseguir caneta ou lápis com os agentes prisionais.

Os “pipos” constituem o único recurso para a manifestação de suas demandas; os detentos apropriam-se da escrita para elaborar uma mensagem de maneira mais persuasiva possível. São produções de sujeito não ou pouco escolarizados, marcadas por tentativas de inserção em práticas institucionais letradas; constituem

um tipo de escrita que ao mesmo tempo que é tida como não legítima, e portanto muda e sem visibilidade na esfera pública, é também percebida como intervenção socialmente significativa, [...] escrita que exhibe um hibridismo não previsto pelos padrões de teorização e avaliação da escrita

prestigiados nas instituições escolares e acadêmicas” (SIGNORINI, 2001, p.98)

Na busca de um intercâmbio verbal como forma de invocação para o drama que vivem, a escrita dos pipos representa uma tentativa de acesso a todo tipo de informações de “fora” que, de uma maneira ou de outra, são realmente significativas para vida dos detentos, ali “dentro”, no que diz respeito à sua situação prisional. Marcados por características peculiares, os pipos convergem para a busca desesperada de informações que possam contribuir de uma forma ou de outra

1) para minimizar seu dia a dia, com o conforto da família:

Setor “Social” J.

Doutora XXX. venho te pedir uma folha e um envelope com tarifa para que eu possa mandar uma carta para minha família. por favor me de está Atenção já faiz 3 meses que eu não vejo a minha filha e gostaria de ver com a Senhora se tem como me chamar para ver como faz para ela estar vindo por favor me de esta Atenção. 16/10/13 XXX.

2) para reverter sua situação/condição prisional:

LEIA *Securansa dia 7.8.13*

S.R.O. Chefe de Securansa

eu. Venho a pesoua do .SRO. para pedim ajunda que. a minha cadeia ela e 36 anos e eu esto tirando 23 anos a Juritico marco para min fazer pedido de contisional no dia 20.7.13 mais ate acora ainda não me chamaro e eu queria saber si esta cadeia que eu esto tirando caberia emtenização que no livor que ajuritico passou para mim que é passaporte para aliberdade fala que um perso presiza a Defensoria Bulbrica devera ajunda isto e dos direitos humanos eu quero que vocês me ajunda e mi emforma dos tirendos que eu tenho mais não esta cendo cumprito. e muita cadeia nê 36 anos e eu esto tirando 23 anos. Socoro ater guando vol ter que pega um crime de 23 anos do passado e lei de 30 que eu esto tirando ou e perpeno. Teria comticoes do SRO dar uma atenção no meu galzo e acradeso tenha um Bom dia e esperto Retorno e espero que emtenda a minha situação ASS. XXX.

Dirigidos a diferentes agentes institucionais, os pipos constituem produções escritas marcadas por forte apelo emocional, com o propósito de persuadir o interlocutor para que atenda uma solicitação concreta explícita.

Na perspectiva de análise de textos escritos que considere padrões de teorização e avaliação da escrita prestigiados nas instituições escolares, busca-se somente destacar os aspectos linguísticos e sua circunscrição a um determinado gênero, ignorando a construção de relações sociais em um evento situado e manifestado num texto escrito.

Produções como os pipos são geralmente vistos como formas precárias de um modelo escolar de escrita. Por outro lado, um olhar que vê a escrita como inscrição de sujeitos em práticas de linguagem em uma situação real de comunicação lhes confere outro estatuto.

Como propõe Signorini (2001), muda-se a perspectiva, focaliza-se “o estatuto peculiar de um tipo de escrita que, ao mesmo tempo que é tida como não legítima, e portanto muda e sem visibilidade na esfera pública, é também percebida como intervenção socialmente significativa, portanto visível [...] (p.98)”.

Na busca de inserção em uma prática institucional letrada, os detentos são sujeitos não escolarizados ou pouco escolarizados que buscam o pipo como uma forma de promover uma “conversação” e se posicionam por meio da escrita, num malabarismo entre o oral e o escrito. Aqui, a escrita deve ser considerada como um modo de enunciação que para o detento está significativamente vinculada a uma necessidade real de comunicação, dentro de uma prática sóciodiscursiva específica, por meio da qual espera ele que se produza uma mudança significativa em sua vida. Nesse sentido, os detentos buscam utilizar recursos enunciativos e interacionais arquivados em sua memória com práticas de linguagem, fruto de seu precário contato com formas e fórmulas do letramento escolar. Trazem para seu enunciado o pouco que sabem de seu contato com a escrita padrão como forma de se inscrever na cena de uma ação social específica, procurando posicionar-se enunciativamente para persuadir/convencer seu interlocutor.

Consciente do contexto social em que está imerso e reconhecendo que o espaço em que está é fortemente perpassado por uma relação de poder, podemos observar no exemplo de um pipo (PIPO 2) como o detento procura construir um contexto de interação em que orienta sua ação verbal por meio de mixagem de formas e expressões oriundas das práticas de comunicação oral para uma performance na encenação dialógica em que se inscreve e em que diferentes identidades atuam.

Ciente do papel social que desempenhará, inicia seu texto posicionando-se em atitude de respeito à hierarquia no jogo enunciativo. Respeitosamente, dirige-se ao órgão *Securansa dia 7.8.13 / S.R.O. Chefe de Securansa / eu. Venho a pesoua do SRO. para pedim ajunda*, em tom de súplica apela para intermediá-lo em sua demanda.

O texto é marcado por uma prática de linguagem escrita imersa na comunicação oral, em que a fala invoca elementos de um texto escrito, uma forma vernácula de escrita, que para Kalman (2010) é caracterizada pelo não atendimento aos requisitos formais da escrita prestigiada e pela forma com que incorpora elementos não valorizados em outro tipo de textos, como o tipo de léxico, abreviaturas improvisadas, construções sintáticas, a maneira de usar a pontuação.

Nesse contexto marcado por relações de hierarquia, autoridade e controle, adota o detento posições enunciativas que marcam sua orientação para/em sua ação verbal. Suas posições desvelam um participante ativo na negociação de sentidos; emprega estratégias linguístico-discursivas que direcionam os sentidos segundo seus objetivos: sabendo para quem está “falando”, constrói enunciados marcados por um tom de apelo: *Teria comticoes do SRO dar uma atenção no meu galzo e acradeso tenha um Bom dia e esperto Retorno e espero que emtenda a minha situação*. Tal estratégia constitui um recurso argumentativo em seu propósito comunicativo: persuadir seu interlocutor a inteirar-se/”condoer-se” de sua situação e encaminhar seu pedido aos órgãos e autoridades responsáveis: pedido de condicional pelo tempo de prisão já cumprido. Essa estratégia é sinalizada por meio dos itens lexicais indicando solicitação, “ajunda” (reiteradas vezes), e polidez, “acradeso”, “Bom dia”.

Para Bange (apud KOCH, 1992, p.66), “um ato de linguagem não é apenas um ato de dizer e de querer dizer, mas, sobretudo, essencialmente um ato social pelo qual os membros de uma comunidade ‘inter-agem’”. Nessa direção, imprime o detento uma orientação persuasiva para seus enunciados: em seu ato de dizer e de querer dizer expressa nos enunciados uma força argumentativa. Adota, então, uma posição enunciativa em que o seu querer dizer – sua apelação - não está apoiado unicamente num tom de súplica; sua solicitação/reivindicação está (con)substanciada em sólido argumento de autoridade, alicerçada em argumentos presentes no “*livro que ajuritico passou para mim que é passaporte para aliberdade*”. Em seu querer dizer, o detento sabe o que diz, ancorado na fala do “outro” - a justiça, autoridade máxima, representada no/pelo “*livro que ajuritico passou para mim que é passaporte para aliberdade*”.

Sua fala é atravessada por um tom de avaliação e de valoração, respaldada em conhecimentos sobre sua condição prisional, adquiridos/repassados por meio do livro “*passaporte para aliberdade*”; não é um livro qualquer, mas o livro que “*ajuritico*” lhe passou. Adotando uma estratégia argumentativo-pragmática, revela toda a sua habilidade na negociação de sentidos: assim como o jurídico e o livro do jurídico regulamentaram e regularam sua sentença, sentença que está cumprindo (já cumpriu grande parte de sua pena, enfatiza em sua fala), conforme normas e regras ali estabelecidas, reivindica ele a reciprocidade de tratamento, apoiado nas regras e normas do livro que também lhe garante direitos. Um desses direitos não está sendo cumprido - o direito à condicional após o cumprimento de parte da pena, conforme descrito/prescrito no livro “*passaporte para aliberdade*”. O livro “*fala*” que é papel da “*Defensoria Publica*” informá-lo dos seus direitos,

pois “isto e dos direitos humanos”; informá-lo, sobretudo, se seus direitos não estão sendo cumpridos. E se estiver sendo lesado não “caberia emtenização”?, argumenta o detento.

Enredado nessa trama social, clama por atenção da Segurança para interceder junto à Defensoria Pública para o seu caso, em tom dramático (*Socoro ater quando vol ter que pega um crime de 23 anos do passado e lei de 30 que eu esto tirando*). Num crescendo, esse tom se acentua, principalmente pela falta de resposta do setor jurídico para sua demanda até o momento em que escreve (seu pipo é datado em 7.8.13), sobretudo porque foi o próprio jurídico que acenou com a possibilidade de reversão de sua pena (*a Juritico marco para min fazer pedido de contisional no dia 20.7.13 mais ate acora ainda não me chamaro*).

Diante da contradição, usa uma interrogativa retórica que expressa ironia perante a falta de explicações do jurídico para o não agendamento de sua condicional, interpretado pelo detento como um direito adquirido, de acordo com o livro: *Socoro ater quando vol ter que pega um crime de 23 anos do passado e lei de 30 que eu esto tirando ou e perpento*⁶ (= “ou será que é prisão perpétua???”).

Seu enunciado indicia uma oscilação entre pelo menos duas posições enunciativas: i) a do solicitante que assume um lugar subalterno mediante o uso de marcas lexicais que denotam polidez e humildade – *Venho para pedim ajunda; eu queria saber si...; teria comticoes do SRO dar uma atenção...; acradeso; tenha um Bom dia; espero que emtenda a minha situação* ii) a de sujeito que assume um tom asseverativo e categórico evoluindo para tom inquisitivo ao adotar um estilo discursivo próprio da atitude de exigência ou demanda: *eu quero que vocês me ajunda e mi emforma dos tirendos(=direitos) que eu tenho; ater quando vol ter que pega um crime de 23 anos do passado (=até quando vou ter que pagar um crime de 23 anos do passado? ou e perpento (=ou será perpétua?)).*

Tal alternância/alteração de posições enunciativas corresponde a uma alteração no plano das posições identitárias e nas relações de poder, sinalizando uma elevação de consciência política e a inscrição do escrevente do pipo em uma cena enunciativa que lhe confere certa valorização subjetiva e social, ao construir para si, concomitantemente, uma posição de autoria no plano da discursividade.

Assim, o pipo constitui um enunciado que apresenta estratégias de oralidade na formulação da escrita; uma escrita socialmente desprestigiada, mas no contexto social em que estão inseridos os sujeitos, representa um objeto altamente significativo, cuja produção corrobora que “a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é

⁶ O grifo é nosso.

também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua” (cf. BAKHTIN, [1953], 1992, p.282).

O enunciado pipo revela uma função sociopragmática que aponta uma ação estratégica dos sujeitos em uma tentativa extrema de “correspondência” com o poder, representado por diferentes atores sociais: seguranças, assistentes sociais, pedagogos, carcereiros, advogados, juízes. Num contexto constitutivamente heterogêneo, os pipos, textos escritos produzidos em eventos de letramento de práticas vernaculares, desvelam um sujeito trabalhando a língua como acontecimento, produzindo sentidos para si mesmo, mediante a construção daquilo que consideramos uma posição de autoria.

Referências

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fonte, 1992 (original de 1953).

BARTON, D; HAMILTON, M. et al. **Worlds of literacy**. Clevedon: Multilingual Matters, 1994.

BARTON, D. **Local literacies**: Reading and writing in one community. London: Routledge, 1998.

BARTON, D.; HAMILTON, M.; IVANIC, R. **Situated Literacies** – reading and writing in context. London: Routledge, 2000.

CESAR, A. **Lições de abril**: construção de autoria entre os Pataxó de Coroa Vermelha. 2001. Tese de doutorado inédita. Campinas: Unicamp.

HEATH, Shirley Brice. Protean Shapes in Literacy Events: Ever-Shifting Oral and Literate Traditions. In: TANNEN, D. (Ed.). **Spoken and Written Language**: Exploring Orality and Literacy. Norwood: N.J.: Ablex, 1982. p.91-117.

HOLLAND, D.; LACHICOTTE JR, W.; SKINNER, D.; CAIN, C. **Identity and agency in cultural worlds**. Cambridge, Mass. Harvard university press, 1998.

JENKINS, R. **Social Identity**. London: Routledge, 1996.

KALMAN, J. Querido santo Antônio: Escrita Vernácula e Instabilidade Social. In: Marinho, Marildes e Carvalho, Gilcinei Teodoro (Orgs), **Cultura Escrita e Letramento**, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

KOCH, V.I. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 1992.

POSSENTI, S. Discurso, estilo e subjetividade. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. 1988. O “eu” no discurso do “outro” ou a subjetividade mostrada. In: **Alfa, São Paulo**, 39: 45-55, 1988.

POSSENTI, S. et al. Discurso do outro: lá onde o sujeito trabalha. In: **Alfa, São Paulo**, 42:113-131, 1998.

SIGNORINI, I. (Construindo com a escrita “outras cenas de fala”, In: **Investigando a relação oral/escrita e as teorias do letramento**. Campinas, SP; Mercado das Letras, 2001.

SOARES, M. Práticas de letramento e implicações para a pesquisa e para políticas de alfabetização e letramento. In: MARINHO, M. e CARVALHO, G.T. (Orgs.). **Cultura Escrita e Letramento**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.

STREET, B. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

_____. Introduction: the new literacy studies. In: STREET, B. (ed.) **Cross-Cultural approaches to literacy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, pp. 1-21.

_____. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. São Paulo: Parábola Editorial. Tradução de Marcos Bagno. 2014.